coordenador (KING, VILLECOURT e SPAEY); a saturação de organizações, na maioria dos casos ainda com orçamentos insuficientes (KING); etc.

No caso particular da cooperação entre países europeus, não é aconselhável que se caminhe para uma acentuada especialização em bens de consumo — como os alimentares —, que não proporcionam nem autonomia nem dinamismo entre Investigação e Economia (SPAEY). Pelas mesmas razões, não se recomenda evitar sistemàticamente esforços nos ramos do saber mais dispendioso (VILLECOURT).

PROBLEMAS DO TRABALHO *

Ismael Silva Santos

Algumas considerações sobre o retorno de emigrantes

1. A OCDE, pela Comissão da Mão-de-obra e das Questões Sociais em ligação com a Comissão Consultiva Económica e Industrial, organizou um seminário patronal internacional sobre o retorno de trabalhadores emigrantes aos seus países de origem, que decorreu em Atenas, de 18 a 21 de Outubro de 1966.

O seu objectivo essencial era o de estudar a utilidade, para os trabalhadores emigrados que regressam, da experiência adquirida no estrangeiro e a situação que ela lhes permite ocupar nos seus países.

É desnecessário encarecer a importância destes estudos, em especial se deles se ocupam organizações internacionais com as possibilidades e o prestígio que tem a OCDE.

O retorno de emigrantes é, evidentemente, um facto sociológico tão antigo como a própria emigração. Mas como são as características desta que determinam a natureza daquele, raras vezes o retorno terá constituído no passado fenómeno colectivo suficientemente importante ou interessante para atrair a atenção dos governos e dos estudiosos [1].

Com efeito, durante muito tempo, as migrações intra-euro-

---

* Publicam-se nesta subsecção dois trabalhos elaborados no Serviço de Produtividade do Instituto Nacional de Investigação Industrial. *Análise Social* deseja exprimir ao Ex.mo Director do I.N.I.I. o seu melhor agradecimento pela colaboração obtida.

[1] Pensamos ùnicamente nos países da chamada Europa ocidental e é a esta zona geográfica que limitaremos as nossas considerações.

peias, embora quantitativamente importantes, tinham sobretudo carácter local (movimentos de trabalhadores entre regiões fronteiriças contíguas) e interessavam fundamentalmente à actividade agrícola. Por outro lado, quando a emigração de europeus tinha por destino os países do continente americano, a Austrália ou determinadas regiões da África, raros eram os emigrantes que regressavam. Esses países e regiões, de um modo geral dotados de abundantes riquezas naturais e quase desprovidos de recursos humanos, eram zonas de atracção poderosa e de fixação fácil para os imigrantes oriundos da Europa.

Com a evolução recente dos movimentos maciços de trabalhadores entre países europeus a emigração assumiu, como se sabe, características inteiramente novas. Os países de destino eram agora, não zonas geográficas com riquezas naturais por explorar mas, sobretudo, economias em rápida expansão cujos recursos principais eram a técnica, o capital e a mão-de-obra. A imigração nesses países começou quando o desenvolvimento progressivo da técnica e a acumulação de capital deram lugar a uma escassez relativa da mão-de-obra. De facto, todas as medidas próprias de uma política de emprego se revelaram insuficientes para assegurar o crescimento equilibrado da economia. Simplesmente, o recurso à mão-de-obra estrangeira tinha finalidades específicas, pelo que se processava segundo as necessidades de uma determinada linha de desenvolvimento sectorial ou regional. Tratava-se, por outras palavras, de recrutar noutros países mão-de-obra para certas actividades e por certos períodos de tempo. Generalizou-se, portanto, a prática do contrato temporário e a concessão aos trabalhadores estrangeiros de autorizações de permanência e de trabalho.

Por outro lado, não eram longas distâncias nem oceanos que separavam este novo tipo de emigrantes do seu país. A proximidade geográfica e a facilidade de comunicações tornavam a ausência um facto não necessàriamente decisivo na sua vida.

Nestas condições, fenómenos como o do retorno e o das migrações sucessivas tornaram-se não apenas correntes mas extremamente importantes na Europa, abrindo determinadas perspectivas e criando um tipo de problemas até então desconhecido.

Com efeito, parece inevitável que os emigrantes regressados sejam portadores de uma determinada influência do meio que os acolheu, influência que, em maior ou menor escala, condicionará o seu comportamento futuro. Por escassa que tenha sido a sua integração ou simples adaptação aos hábitos de vida individual e colectiva encontrados no estrangeiro, por muito limitada que tenha sido a sua experiência profissional, se o emigrante não for totalmente destituído de espírito de observação com certeza regressará trazendo na sua bagagem cultural algo que não levou. Pelo menos, virá com possibilidades económicas superiores às que tinha

antes de emigrar ou, pelo contrário, trará a frustração e talvez a revolta íntima de um fracasso total. Em qualquer hipótese, ele exercerá alguma influência, grande ou pequena, positiva ou negativa, entre os que o rodeiam e nas instituições em que vier a integrar-se.

Nos países de emigração, reconhecendo-se a crescente importância deste movimento de retorno e dos seus reflexos possíveis em todos os sectores da vida nacional, desejar-se-ia poder orientar essa influência no sentido julgado mais conveniente.

Entre os políticos e sociólogos, uns gostariam que os emigrantes, durante a sua permanência no estrangeiro, compreendessem claramente as razões fundamentais que explicam a situação de atraso dos seus países ou regiões de origem e fossem, após o seu regresso, pela palavra e pela acção, fermento de profundas transformações. Outros, ao contrário, fieis aos valores e estruturas tradicionais, receiam a acção *desnacionalizante* exercida nos emigrantes pelo contacto com outras concepções da vida em sociedade, designadamente quanto às formas de organização sindical e de participação dos cidadãos na vida pública, e pensam que, uma vez regressados, eles poderão difundir, conscientemente ou inconscientemente ideias revolucionárias opostas ao bem comum e ao interesse nacional.

Os governantes e técnicos responsáveis pela definição e execução da política económica desejariam, além de um retorno numèricamente conveniente, pelo menos duas outras coisas: que os emigrantes profissionalmente indiferenciados à partida pudessem regressar como operários qualificados ou especializados, aptos a satisfazer as crescentes necessidades das empresas; e que, de um modo geral, os retornados se dispusessem a aplicar as suas economias em investimentos reprodutivos e no consumo de bens produzidos no país.

As autoridades religiosas, por seu turno, desejariam que os emigrantes regressados fossem para os outros exemplo de fé mais esclarecida e coerente, de vida religiosa mais interior e menos convencional. Muitos sacerdotes gostariam que o movimento de retorno significasse poderem vir a contar com um núcleo de fieis habituados a não dissociar o temporal do espiritual, capazes de ver e julgar e suficientemente corajosos para agir em todos os sectores da vida colectiva. Para muitos outros, porém, nada seria menos desejável do que uma tal ajuda, visto que ela estaria em manifesto desacordo com uma forma de acção pastoral que a sua experiência e moderação os aconselham a não mudar.

2. Vimos, resumidamente, em que sentidos fundamentais parece ser desejada ou receada a influência dos emigrantes retornados nos seus países ou regiões de origem. Qual é, porém, na realidade o alcance e o peso dessa influência?

Apesar de o retorno de emigrantes ter já importância mais do que suficiente para justificar estudos numerosos e sérios dos vários aspectos do fenómeno, as tentativas de análise até agora feitas são escassas, pouco ambiciosas e quase sempre mais intuitivas do que cientìficamente elaboradas.

Assim, para se chegar a algumas conclusões é indispensável deduzí-las de certas realidades que hoje caracterizam os movimentos de trabalhadores na Europa e os países interessados nesses movimentos. Destacamos as seguintes:

1) A maioria dos indivíduos que vão trabalhar noutros países do continente europeu provém dos ambientes rurais, sendo extremamente limitada a sua preparação e instrução geral. Por razões que fàcilmente se compreendem, é esta massa de trabalhadores indiferenciados cuja produtividade é muito baixa e frequentemente se encontram em situações de desemprego, que os países de origem têm vantagem imediata em ver expatriar-se.

2) É no entanto aos meios urbanos e às actividades de tipo industrial que esses trabalhadores fundamentalmente se destinam.

3) A emigração espontânea, isto é, a que se processa sem intervenção dos serviços responsáveis ou mesmo contrariando as leis vigentes, pesa consideràvelmente no conjunto da emigração europeia.

4) Apesar da realização, nos países de origem e nos de destino, de diversos cursos destinados a proporcionar aos candidatos à emigração e aos indivíduos já emigrados, entre outros conhecimentos, o mínimo indispensável de noções da língua estrangeira, é extremamente baixa a percentagem de emigrantes que beneficiam desses cursos. E o mesmo se pode dizer, ainda com mais propriedade, dos cursos de preparação profissional. Acresce que os países mais directamente responsáveis e interessados na formação prévia dos emigrantes — os de origem — são precisamente os de menores recursos em verbas disponíveis, em pessoal docente, em espírito de iniciativa e em instituições suficientemente maleáveis.

5) Os trabalhadores emigrados, na sua grande maioria, têm como objectivo essencial ganhar e economizar o máximo possível, ainda que à custa dos maiores sacrifícios. Para isso, muitos deles trabalham mais do que seria razoável e privam-se de tudo o que não é absolutamente necessário, em certos casos mesmo no que respeita à alimentação e ao alojamento. Poucos são os que emigram pensando em benefícios como o da reconversão profissional, do aperfeiçoamento de conhecimentos já adquiridos na profissão, o enriquecimento cultural, etc. De um modo geral, não têm a intenção de fixar-se definitivamente no país estrangeiro, mesmo quando se fazem acompanhar da família ou a chamam depois.

6) O progresso económico e social dos países de destino con-

denou a um inevitável desprestígio determinadas profissões que, por esse facto, quase não encontram entre os trabalhadores autóctones quem as queira exercer.

7) As dificuldades de alojamento constituem um dos mais sérios problemas que os mesmos países hoje defrontam. Para muitos imigrantes o reagrupamento familiar torna-se, assim, pràticamente impossível.

8) Apesar da persistente falta de mão-de-obra em numerosas actividades económicas dos países de imigração e da política de povoamento de um dos mais importantes, o período médio de permanência dos trabalhadores estrangeiros oriundos da Europa mediterrânica não vai além de 2 a 3 anos.

9) Verifica-se entre os imigrantes, muito mais do que entre os autóctones, uma considerável instabilidade quanto ao local de trabalho. O facto é sobretudo assinalado na República Federal da Alemanha onde, por exemplo, em 1963, 23 % dos trabalhadores estrangeiros mudaram de empresa.

10) Por força de distintos estádios de avanço técnico, são frequentemente profundas as diferenças de tipo tecnológico entre os processos produtivos dominantes nos vários países.

Dentro do condicionalismo descrito [2] que poderá então esperar-se do movimento de retorno? Por outras palavras, que tipo de evolução terão provàvelmente sofrido as ideias e as capacidades dos emigrantes que regressam?

3. *Na perspectiva do mercado de emprego,* não é de crer que os resultados sejam suficientemente positivos. Uma grande parte dos emigrantes que partiram trabalhadores indiferenciados regressarão como tais ou, na melhor das hipóteses, vagamente iniciados em qualquer actividade diferente da que exerciam antes de emigrar (o trabalhador agrícola tornado servente na construção civil ou na pavimentação de estradas). Muitos outros poderão voltar como trabalhadores especializados mas dificilmente encontrarão onde aplicar os conhecimentos restritos que adquiriram [3]. Dos que já possuiam, antes de partir, uma profissão especializada ou uma elevada qualificação, alguns nada terão acrescentado aos seus conhecimentos e outros terão mesmo sofrido uma desclassificação profissional.

Estes aspectos negativos serão tanto mais acentuados quanto mais desordenada for a emigração. Isto é, colherem ou não os emigrantes, do período de trabalho no estrangeiro, vantagens de

---

[2] Procurámos alinhar apenas factos que reputamos importantes, permanentes e de carácter geral. Certos casos particulares e condições acidentais ou alteráveis por via legislativa ou simplesmente administrativa (por exemplo, as condições de admissão de estrangeiros nos centros de formação profissional), a serem invocados, viriam de um modo geral confirmar as conclusões que seguem.

ordem profissional é algo que depende bastante das condições em que tiverem emigrado. Os que partem como turistas ou clandestinamente aceitarão, provàvelmente, qualquer emprego. Em todo o caso, o passaporte de turismo ainda dá ao trabalhador — se a sua situação económica o permitir — possibilidades de procurar um emprego adequado às suas aptidões; mas aquele que entra indocumentado, desejando legalizar ràpidamente a sua situação, não hesitará em aceitar o primeiro trabalho que lhe ofereçam. Em certos casos, porém, mesmo os indivíduos que emigram com emprego já assegurado por um contrato escrito não vão exercer a profissão mais aconselhável. Com efeito, umas vezes porque os sistemas de recrutamento e selecção de emigrantes se revelam demasiado exigentes ou os serviços que os executam, por insuficientemente dotados de pessoal e de outros meios de acção, se mostram excessivamente lentos, outras vezes porque aos países de origem ou de destino não convém sancionar contratos para determinadas profissões, a verdade é que o trabalhador, firme na decisão de emigrar e impaciente perante os atrasos e as dificuldades que encontra, acaba por sofismar a sua verdadeira profissão ou o grau de qualificação nela atingido, aproveitando a primeira oportunidade que se lhe depara.

Ainda na óptica do mercado de emprego há que considerar os casos relativamente numerosos de trabalhadores que, após o seu regresso, não desejam empregar-se por conta de outrem mas sim montar um modesto estabelecimento comercial ou uma pequena oficina.

Deverá concluir-se de tudo isto que, sob o ponto de vista da formação e aperfeiçoamento profissional, o período emigratório é quase completamente infecundo para os trabalhadores e, portanto, para os seus países? Certamente que não. É sem dúvida incontestável que, de um modo geral, aqueles que decidem fixar-se no país de destino são precisamente os que mais fácil e ràpidamente progrediram na sua actividade profissional, passando a auferir excelentes salários e até, por vezes, invejáveis posições de chefia. A esses torna-se fácil encontrar alojamento suficiente para a família ou constituí-la no estrangeiro e, de qualquer forma, tudo os incita a permanecer. Mas, para os países de origem e para muitos dos emigrantes que regressam, o período de trabalho no estrangeiro pode ter pelo menos um aspecto positivo, não directamente apreciável e impossível de medir mas, para certos países, muito mais importante do que por vezes se pensa. Referimo-nos a esse primeiro contacto com a vida urbana e com as actividades de tipo industrial proporcionado a numerosos trabalhadores agrícolas. Para países que sentem a necessidade de uma urgente trans-

---

[3] A hotelaria e, em certos casos, a construção civil são, no entanto, prováveis e importantes excepções.

ferência de mão-de-obra do sector primário para os restantes, um tal contacto constitui uma contribuição importante para a solução do problema, visto que representa pelo menos a fase inicial dessa transferência, caracterizada pela aquisição de um conceito empírico da disciplina própria da actividade industrial e, consequentemente, de determinados hábitos que distinguem muito nìtidamente o operário integrado na indústria do trabalhador que serve uma agricultura divorciada do progresso.

4. *Numa perspectiva económica mais ampla — a do consumo e investimento* — a influência dos emigrantes retornados é de resultados bastante incertos. O tipo de vida adoptado no estrangeiro (ou imposto pelas circunstâncias), o tempo de permanência, a melhor ou pior preparação recebida no país de origem, o grau de receptividade das comunidades de destino, são alguns dos factores que condicionam a evolução do comportamento dos emigrantes, entre outros aspectos como consumidores e detentores de pequenas poupanças. Não é de crer, portanto, que essa evolução favoreça sempre transformações positivas dos hábitos de consumo e de investimento tradicionais nas regiões em que os retornados se fixam. O desejo natural da maioria dos trabalhadores e famílias que regressam ao local que os viu partir, é o de uma promoção social traduzida na compra de bens inacessíveis à maioria dos conterrâneos. Nos meios rurais tradicionais a ascensão na escala social afirma-se, fundamentalmente, pela aquisição de terras. Ora, a redistribuição da propriedade que daí resulta raramente determina acréscimos da produtividade agrícola e pode mesmo, em certos casos, ser um factor negativo do desenvolvimento. Se os emigrantes aplicam as suas economias na melhoria das condições de habitação ou na educação do filhos, por exemplo, à evidente utilidade social de um tal investimento juntam-se, naturalmente, os efeitos benéficos que, a prazo mais ou menos longo, se farão sentir sobre todo o processo de crescimento. Note-se que a compra de terrenos cultiváveis e a melhoria das condições de habitação, contribuindo para a fixação dos retornados nas zonas rurais, poderão favorecer uma política de desenvolvimento regional.

Na medida em que compensa ou atenua, numèricamente, a saída de novos emigrantes, o movimento de retorno é um factor favorável ao desenvolvimento económico visto que determina variações positivas da procura global estimulando, assim, a produção. No entanto, determinados consumos que, nalguns países ou regiões, ainda são considerados supérfluos não terão reflexos positivos na actividade económica se não corresponderem a bens produzidos no país.

5. *Sob o ponto de vista social,* a evolução dos emigrantes que regressam está de certo modo já comentada nas linhas precedentes,

uma vez que essa evolução condiciona em larga medida os comportamentos económicos. Desenvolvendo, porém, um pouco mais os aspectos focados deverá notar-se que a adaptação social dos trabalhadores estrangeiros é, além do mais, função não só das características próprias do povo que os recebe e da organização social que ele adoptou, mas também da mentalidade, dos hábitos e opções dos próprios emigrantes (portanto, dos traços fundamentais que compõem a fisionomia social do seu país ou região de origem) e da melhor ou pior rede de serviços públicos e privados que os apoiam. Nestes termos, essa mesma adaptação social constitui um dos problemas de mais difícil solução visto que, para além de determinadas dificuldades como o desconhecimento da língua e a exiguidade dos tempos livres, há distâncias socio-culturais entre imigrantes e autóctones que o tempo de permanência geralmente não permite vencer. Considera-se mesmo — e a experiência confirma-o — que o problema se torna pràticamente insolúvel quando se trata de indivíduos provenientes das regiões mais atrasadas, isto é, das comunidades menos evoluídas e, em geral, dos países ainda insuficientemente despertos para as obrigações que lhes cabem na protecção dos legítimos interesses dos seus nacionais e para as vantagens dessa protecção.

Poderá pôr-se em dúvida se a adaptação social dos imigrantes é verdadeiramente desejável para os países de origem, sobretudo se não se compreender com toda a clareza em que se distingue aquele conceito do de assimilação ou integração social. A dúvida justifica-se pela convicção de que o retorno de emigrantes será tanto mais improvável quanto mais perfeita for a sua adaptação ao meio que os recebeu e de que, a dar-se o retorno, será necessário um longo período de readaptação. Julgamos, porém, que se todas as coisas têm o seu preço, aquele será o das indiscutíveis vantagens que poderão advir para os emigrantes e seus países ou regiões de uma experiência realmente vivida, de um enriquecimento cultural, de uma abertura de horizontes que não serão possíveis se o emigrante permanecer fechado no seu mundo como larva enquistada.

6. Do mesmo modo, *no plano político*, a desejada ou temida evolução dos emigrantes é frequentemente um falso problema. O único contacto natural com as realidades políticas do país de destino reside na actividade sindical — portanto, apenas um dos seus aspectos marginais ou nem mesmo isso, em certos casos. A acção dos sindicatos, sobretudo quando excessivamente marcada por opções políticas, não passa, para muitos estrangeiros, de um espectáculo incompreensível e a sua adesão a algumas das actividades sindicais não é mais do que uma obrigação incómoda. Ao desejo dos trabalhadores locais de ver os imigrantes juntar-em-se-lhes na defesa de interesses comuns, opõem estes muitas

vezes a única preocupação de receber sem interrupções um salário que consideram excelente quando o confrontam com o que auferiam antes de emigrar.

A evolução do imigrante é algo que depende da sua própria experiência, isto é, do tipo de organização sindical existente no seu país (umas vezes muito semelhante à que encontra no estrangeiro, outras vezes bastante diferente), do tempo de estadia, dos motivos que o levaram a expatriar-se, da sua melhor ou pior adaptação social e consequente aptidão para compreender o significado do que observa à sua volta, do tipo e intensidade da campanha movida pelas organizações de trabalhadores locais com vista à consciencialização sindical dos imigrantes, etc.

Não é fácil ajuizar, portanto, do que poderá ser a referida evolução, mas é possível pelo menos concluir que qualquer transformação profunda será tanto menos provável quanto mais fraca for a tradição sindical nos países, regiões e actividades de que provêm os trabalhadores e quanto mais reduzido for o seu nível médio de instrução geral. É possível que alguns ou muitos desses imigrantes acabem por abandonar a atitude de sistemático alheamento ou de desconfiança e receio que haviam adoptado perante ideias e comportamentos que claramente transcendem a sua mundividência. Mas ainda que assim suceda, um tal tipo de imigrante nunca será terreno ideal para sementeiras muito profundas. De regresso à região de origem, a película de ideias novas — emocionalmente absorvidas mas imperfeitamente assimiladas — que encobria o verdadeiro substrato mental do retornado, acaba por diluir-se na sua própria inconsistência, no peso dos valores tradicionais e das estruturas institucionais e mentais que ele reencontra como deixara, talvez em obstáculos de outra ordem, possivelmente nas cláusulas de um contrato de compra que o fazem passar de assalariado a proprietário rural ou dono de oficina.

7. Considerando, por último, a evolução dos imigrantes *sob o ponto de vista da formação e prática religiosa,* impõe-se reconhecer, antes de mais, que este é de todos os aspectos aquele que menos estudos tem merecido, pelo menos convenientemente divulgados.

É frequente, porém, ouvir dizer que a prática religiosa de muitos emigrantes católicos termina bruscamente após a partida ou se reduz progressivamente até desaparecer. E também tem sido frequente atribuir esse facto ao contacto com as comunidades de destino, à influência perniciosa de costumes marcados por um *satânico materialismo,* pelas solicitações próprias de um nível de vida mais elevado, pelo uso e abuso de *liberdades perigosas,* etc.

A esta explicação demasiadamente simplista e evidentemente ingénua do fenómeno, opõe-se hoje uma compreensão mais funda das suas verdadeiras causas. Admite-se sem dúvida que outro

ambiente social, outros hábitos de vida a que o emigrante se vê forçado, podem influir de maneira mais ou menos profunda, mas nem sequer necessàriamente negativa, sobre as suas convicções em matéria de religião e principalmente sobre a sua prática. Mas reconhece-se que a explicação das transformações verificadas no comportamento religioso dos emigrantes católicos deve procurar-se, sobretudo, no carácter marcadamente tradicionalista e ritualista que a prática do catolicismo tem ainda em vastas regiões de alguns dos países de emigração e, de modo especial, justamente naquelas que muitas vezes se consideram de mais rica tradição cristã, mas onde, afinal, a prática da religião tende a tornar-se cada vez mais como que um edifício sem alicerces — conjunto de hábitos e praxes mais do que expressão natural de uma fé consciente. Uma vez trocada a terra de origem por outra onde não existe já a pressão psicológica do meio — que alimenta os hábitos mas não dá força às convicções — o edifício cai naturalmente. Isto é assim, como se sabe, no caso da deslocação dos indivíduos para outras localidades dentro do seu próprio país; não é melhor, evidentemente, se se trata de ausência para o estrangeiro.

O comportamento religioso dos retornados é, portanto, muito mais determinado pela formação que eles tinham antes da partida do que pelo ambiente encontrado no estrangeiro. É também influenciado pela acção dos missionários estabelecidos nos países de destino, mas cremos poder afirmar que os resultados dessa acção não têm sido bastante positivos no domínio estritamente apostólico. Ao afirmá-lo, não consideramos a experiência portuguesa, ainda insuficiente para dela se tirarem conclusões válidas, nem a italiana que conhecemos mal, mas pensamos no caso espanhol de que temos razoável conhecimento. As razões do facto são, sem dúvida, as que acima apontámos.

A readaptação social dos indivíduos que regressam ao meio de que partiram determinará, em muitos casos, uma identificação mais ou menos completa com as características religiosas desse meio. Noutros casos, menos numerosos, o rompimento com elas pode ser total ou, pelo menos, muito profundo.

Traduzimos, a terminar, uma das conclusões de um inquérito recentemente realizado em Espanha entre numerosos sacerdotes daquele País: «Os padres espanhóis sublinham unânimemente como valor positivo o despertar da consciência social e da personalidade entre a maior parte dos seus fieis que retornaram, mesmo reconhecendo o risco dessa evolução. Porque o Deus de Abraão, que é também o Deus dos cristãos, é Deus não de mortos mas de vivos».

8. Procurámos, nas páginas precedentes, algumas respostas possíveis a interrogações plenas de actualidade: Como regressarão os indivíduos que um dia deixaram o seu país, a sua terra, talvez

a sua família, muitas vezes a profissão ou ocupação que tinham, os costumes, tradições e clima social, político e religioso em que se formou a sua personalidade? Como se processará a sua readaptação? Que influência virão a exercer sobre os seus conterrâneos?

Diligenciámos, portanto, com a brevidade que se impunha a um trabalho desta natureza e com as limitações que resultam da insuficiência de dados, analisar aspectos qualitativos do retorno de emigrantes.

Num momento, porém, em que se manifestam algumas inquietações quanto à evolução económica de alguns dos principais países europeus de imigração, o estudo desses aspectos perde uma boa parte da sua importância diante da hipótese de um retorno maciço de emigrantes.

As dificuldades que, num tal caso, haveria que enfrentar e resolver são tão numerosas e tão cheias de implicações de toda a ordem que, mesmo depois de dominados os sintomas de crise agora indiscutíveis e retomado o ritmo de expansão económica daqueles países — o que provàvelmente acontecerá em breve — não serão menos importantes e urgentes os esforços que as nações europeias «exportadoras» de mão-de-obra possam desenvolver, no sentido de se dotarem com um conjunto, amplo e maleável, de instrumentos e de instituições aptos a servir a execução de uma verdadeira política activa de mão-de-obra. Isso, como é evidente, além de outros objectivos muito mais gerais e ambiciosos mas certamente de muito mais difícil satisfação em curto prazo.

Isabel Faria Martins

A migração dos trabalhadores rurais para a indústria

Das várias formas que pode assumir a migração dos trabalhadores rurais para a indústria, consideremos a que se efectua nos moldes duma transferência, do campo para grandes centros urbanos, transferência temporária au definitiva. Este tipo de migração implica problemas numerosos e complexos, às dificuldades de adaptação a um novo trabalho aliando-se as de integração num novo meio, agravados ainda quando a intenção de «provisório» ou de «definitivo» se esbate nas condições circunstanciais. Além disso, se a importância das migrações internas é actualmente, em Portugal, um facto largamente observável, a própria localização das unidades industriais parece favorecer mais uma migração em